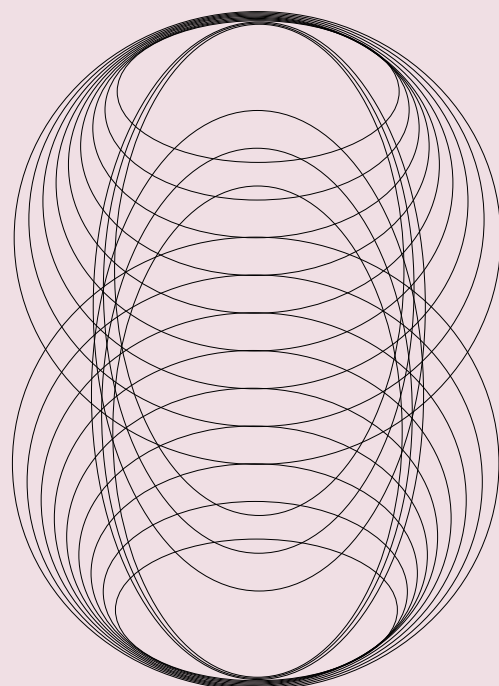


TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades
de cor ou raça e gênero no mercado de
trabalho metropolitano brasileiro

Ano III; Vol. 3; nº 6, Junho, 2011

(Comentários sobre a conjuntura econômica recente e
seus possíveis impactos sobre as desigualdades de cor
ou raça; réquiem para Vicente do Espírito Santo)

ISSN 2177-3955

Sumário

1. Apresentação
2. Comentários sobre a conjuntura econômica recente
3. Rendimento habitual médio do trabalho principal
4. Evolução da taxa de desemprego
5. Desigualdades de cor ou raça no rendimento médio e taxa de desemprego nas seis maiores RMs brasileiras
6. Réquiem para Vicente do Espírito Santo

1. Apresentação

Com o presente número, o LAESER dá continuidade ao boletim eletrônico “Tempo em Curso”, neste número completando sua 20ª edição.

Os principais indicadores desta publicação são os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados, mensalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal (www.ibge.gov.br), e tabulados pelo LAESER no banco de dados “Tempo em Curso”.

A PME coleta informações sobre o mercado de trabalho das seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras. Da mais ao Norte, para a mais ao Sul: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

Como de hábito, inicialmente, serão analisados os dados de evolução do rendimento médio do trabalho principal habitualmente recebido e da taxa de desemprego. Para ambos os indicadores, a análise verterá, inicialmente, sobre um intervalo de tempo de curto prazo (maio de 2010 a abril de 2011). Posteriormente, será realizada uma comparação para um intervalo de tempo mais longo, compreendido entre abril de 2003 e abril de 2011.

Neste número, outros dois assuntos referentes aos indicadores do mercado de trabalho serão abordados.

O primeiro assunto diz respeito à evolução da conjuntura econômica recente no Brasil, considerando a divulgação dos dados da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no primeiro trimestre, por parte do IBGE. De fato, desde seu primeiro número, esta

publicação vem fazendo um expresso esforço para acompanhar a evolução dos indicadores econômicos e os reportar à evolução das desigualdades de cor ou raça dentro de cada período de tempo considerado. Deste modo, esta seção corresponde a um dos objetivos mais importantes desta publicação.

O segundo tema a ser investigado na presente edição aborda as assimetrias de cor ou raça dentro de cada uma das seis RMs analisadas pela PME. Neste plano, objetiva-se compreender os efeitos da recente redução do ritmo de crescimento da economia brasileira nas diversas metrópoles, bem como as assimetrias de cor ou raça em cada uma delas. Entretanto, esta discussão não será concluída neste número do “Tempo em Curso”, devendo ser retomado na próxima edição.

Na última seção deste número do “Tempo em Curso”, será feita uma pequena homenagem em memória a Vicente do Espírito Santo, falecido no mês de junho de 2011. A história deste trabalhador e sua saga nos tribunais brasileiros para ser indenizado pelo crime de racismo que sofreu em seu emprego serão vistos com mais detalhes ao final desta edição.

2. Comentários sobre a conjuntura econômica recente ¹

No começo do mês de junho, o IBGE divulgou seu relatório das contas nacionais para o primeiro trimestre do ano. O principal resultado deste informe vem a ser a evolução relativa do Produto Interno Bruto (PIB), indicador que de maneira sintética, corresponde ao somatório da riqueza produzida pelo país medida por uma determinada unidade monetária (real, dólar, etc).

O resultado do PIB no terceiro semestre estava sendo aguardado com certa expectativa. Isso porque se esperava que os resultados seguissem expressando as políticas governamentais de busca de controle da inflação através do correspondente desaquecimento do nível de atividade. De fato, no mês de maio, a inflação medida pelo IPCA indicou um aumento de preços de 0,47% em relação ao mês anterior, com um saldo acumulado para os últimos doze meses de 6,55%. Dessa forma, a taxa dos últimos 12 meses já havia superado o teto da meta de inflação do Banco Central, que é de 6,5%.

¹ A fonte bibliográfica desta seção foi “A economia brasileira no 1º Trimestre de 2011: uma visão geral”, elaborado pelo IBGE http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201101comentarios.pdf. E a ata da 159ª reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central do Brasil http://www.bcb.gov.br/htms/copom/not20110608159.asp#_Toc295930570

Tabela 1. Indicadores macroeconômicos selecionados da economia brasileira (em var. %)

	Evolução no trimestre (1º trimestre 2011 / 4º trimestre 2010)	Acumulado do ano (1º trimestre 2011 / 1º trimestre 2010)
PIB	1.3	4.2
Ótica da produção		
Valor adicionado bruto da agropecuária	3.3	3.1
Valor adicionado bruto da indústria	2.2	3.5
Valor adicionado bruto dos serviços	1.1	4.0
Ótica da demanda		
Despesa de consumo das famílias	0.6	5.9
Despesa de consumo da administração pública	0.8	2.1
Formação bruta de capital fixo	1.2	8.8
Exportação de bens e serviços	-3.2	4.3
Importação de bens e serviços (-)	-1.6	13.1
Inflação (IPCA)		
	mai/11	Doze meses
	0.47	6.55

Fonte: IBGE, "A economia brasileira no 1º Trimestre de 2011: uma visão geral"
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201101comentarios.pdf

Segundo o IBGE, no primeiro trimestre de 2011, o PIB brasileiro, em preços de mercado, atingiu o montante de R\$ 939,6 bilhões. Na comparação com o mesmo período de 2010, a soma de riquezas produzidas pelo país se elevou em 4,2%. Em relação ao último trimestre de 2000, ocorreu um avanço de 1,3%, com ajuste sazonal.

Considerando que o crescimento do PIB brasileiro ao longo de 2010 foi de 7,5%, pode-se ver que no primeiro trimestre deste ano ocorreu um movimento de desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira. Este dado indica que o aumento do produto será menos vigoroso neste ano. De qualquer forma, embora o crescimento da economia brasileira tenha sido menor, o resultado obtido no primeiro trimestre de 2011, em comparação ao trimestre anterior, foi maior do que o ocorrido entre o terceiro e quarto trimestre de 2010, onde foi percebida uma evolução do PIB de 0,8%.

O que é ajuste sazonal de um indicador econômico?

Sazonal é uma palavra derivada da língua inglesa chamada season, cuja tradução, em português, é estação. Ao longo do ano, a economia observa uma natural propensão a um maior aquecimento ou desaquecimento. Por exemplo, no mês de dezembro, a economia tenderá estar mais aquecida por conta das festas de final de ano. No começo do ano, a economia tenderá caminhar em ritmo mais lento. A aplicação do ajuste sazonal nas séries econômicas, portanto, corresponde à correção dos valores obtidos a cada período de tempo de tal modo a atenuar as influências decorrentes dos ciclos usuais das atividades produtivas.

O PIB pode ser desagregado segundo dois grandes grupos de componentes, classificados como "Ótica da Produção" e "Ótica da Demanda".

Na primeira rubrica se enquadram os respectivos valores adicionados pelos três grandes setores de atividades econômicas: Primário (agropecuária); Secundário (indústria); e Terciário (serviços). Já na perspectiva da demanda, os grandes componentes vêm a ser a Despesa de consumo das famílias; a Despesa de consumo da administração pública; a Formação bruta de capital fixo (investimento das empresas); a Exportação de bens e serviços, e a Importação de bens e serviços.

No que tange à "Ótica da Produção" (com ajuste sazonal), o setor que mais cresceu no primeiro trimestre de 2011, em relação ao trimestre passado, foi o de Agropecuária: 3,3%. O setor industrial cresceu 2,2% em relação ao trimestre anterior. Já o setor de serviços avançou 1,1%. Todavia, analisando o saldo acumulado no ano, ou seja, entre o primeiro trimestre de 2010 e 2011, verificou-se outro ordenamento entre os distintos setores, com os serviços tendo crescido 4,0%; a indústria, 3,5%; e a agricultura, 3,1%.

Ao se analisar o crescimento do PIB entre o primeiro trimestre de 2010 e de 2011, sob a "Ótica da Demanda" (com ajuste sazonal), verificou-se que ocorreu um crescimento de 0,6% da Despesa de consumo das famílias. Este valor relativo foi inferior ao ocorrido no último trimestre de 2010, quando o item havia se elevado em 2,3%. O item Despesa de consumo da administração

pública cresceu 0,8% (frente a um recuo de 0,4% no último trimestre de 2010). Porém, a formação bruta de capital fixo se elevou em 1,2%.

Naquele mesmo período de tempo, o item exportação de bens e serviços declinou 3,2%. Esta redução evidencia os efeitos da retração da economia mundial sobre a economia brasileira. Por outro lado, em grande medida pelo fato do câmbio brasileiro estar valorizado, o item importação de se reduziu, porém, com menor intensidade: em 1,6%. Com isto, a balança de bens e serviços foi deficitária em R\$ 11,5 bilhões neste primeiro trimestre.

Ao se comparar o resultado acumulado entre o primeiro trimestre de 2010 e de 2011, a Despesa de consumo das famílias cresceu 5,9%. Além da elevação real da renda média do trabalho no período, tal como veio sendo observado nas sucessivas edições do “Tempo em Curso”, houve de maneira generalizada um aumento do crédito às pessoas físicas (assim como às empresas), o que contribuiu para o incremento deste item nesta proporção e para que o Brasil pudesse superar a crise econômica mundial iniciada em 2008.

No mesmo período, a Despesa consumo da administração pública se elevou 2,1%. Esta elevação foi inferior à taxa de crescimento do PIB no mesmo intervalo de tempo e expressa o esforço fiscal do governo em gerar superávit nas contas públicas. A exportação de bens e serviços cresceu 4,3% e a importação de bens e serviços se elevou em 13,1%. Em ambos os casos, mais uma vez, estas distintas evoluções foram decisivamente afetadas pelos efeitos da crise mundial e pela valorização do real (R\$) em relação às demais moedas como o dólar (US\$) ou o euro (€). A formação bruta de capital fixo se expandiu 8,8%. Neste caso, esta evolução foi um efeito positivo do câmbio valorizado, que permitiu o crescimento da importação de máquinas ou componentes para a sua produção.

Como pode ser observado, nos indicadores econômicos analisados consegue-se identificar uma pequena desaceleração da economia em comparação com o ano passado. Esta redução do ritmo de crescimento da economia brasileira é coerente com o objetivo de controle da inflação adotada pelo Banco Central do Brasil e pelos ministérios da área econômica, controle este que vem passando pelo aumento da Taxa de Juros Selic (atualmente em 12,25%) e contenção dos gastos públicos.

De acordo com a ata da 159ª reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil, a previsão do mercado para a inflação do mês de junho era de um pequeno aumento, próximo da estabilidade, de 0,03% em relação ao mês anterior. Desta forma, havia uma expectativa de que a taxa anualizada da inflação nos próximos meses devesse convergir para o centro da margem adotada entre 4,5% e 6,5%.

Apesar deste cenário sugerir um panorama razoavelmente tranquilo para a economia brasileira (crescimento econômico moderado com inflação sob controle), talvez possam ser identificados problemas que apontem um quadro menos róseo para o futuro.

Sem pretender esgotar uma lista completa, o encarecimento do crédito via aumento da taxa básica de juros, por exemplo, pode vir a ter efeitos especialmente negativos sobre a economia, especialmente se tal movimento vier a se traduzir em aumento da inadimplência, ou, o que seria ainda pior, da inadimplência dos mais pobres, e, certamente dos pretos & pardos.

E mesmo a redução do ritmo de crescimento da economia brasileira, tal como observada, deverá ser acompanhada pela atenta análise de seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça, especialmente no mercado de trabalho. O fato é que, ao longo dos últimos meses, a economia brasileira logrou superar a crise econômica concomitantemente à redução das disparidades daquela natureza. Portanto, a dúvida é se, no novo contexto, os recentes avanços em termos da equidade social e de cor ou raça conseguirão ser preservados.

3. Rendimento habitual médio do trabalho principal (tabelas 2 e 3)

O rendimento habitual médio do trabalho principal da População Economicamente Ativa (PEA) das seis maiores RMS para o mês de abril de 2011 foi igual a R\$ 1.540,05. Este valor representou uma queda real de 1,8% quando comparado com os rendimentos do mês de março do mesmo ano. Entretanto, na comparação com o mês de abril de 2010, percebe-se uma elevação do indicador de 1,9%.

Naquele mesmo mês, o rendimento habitual médio da PEA branca de ambos os sexos foi de R\$ 1.967,52, ao passo que o da PEA preta & parda de ambos os sexos foi de R\$ 1.036,06.

Tabela 2. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, abr / 10 – abr / 11 (em R\$ - abr 11, INPC)

	2010									2011			
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Homens Brancos	2.234,51	2.189,63	2.158,17	2.245,70	2.319,14	2.335,33	2.322,01	2.252,12	2.281,85	2.311,30	2.311,96	2.346,98	2.266,14
Mulheres Brancas	1.587,13	1.550,85	1.572,21	1.592,35	1.574,23	1.619,37	1.651,09	1.658,73	1.597,56	1.610,88	1.610,38	1.625,00	1.617,16
Brancos	1.937,19	1.896,01	1.888,34	1.944,94	1.976,08	2.003,53	2.013,47	1.981,25	1.966,48	1.986,04	1.991,71	2.015,34	1.967,52
Homens Pretos & Pardos	1.136,24	1.147,00	1.161,34	1.167,37	1.188,26	1.205,32	1.213,19	1.226,89	1.220,57	1.217,36	1.215,07	1.194,24	1.172,13
Mulheres Pretas & Pardas	818,42	833,15	858,95	868,81	880,00	877,94	885,96	878,72	890,50	892,72	878,11	869,39	866,23
Pretos & Pardos	997,10	1.009,35	1.028,60	1.035,53	1.052,37	1.060,24	1.067,93	1.072,50	1.073,88	1.073,95	1.066,87	1.049,87	1.036,06
PEA Total	1.511,50	1.498,00	1.506,07	1.538,89	1.560,28	1.580,10	1.584,21	1.571,33	1.559,74	1.567,53	1.560,27	1.568,43	1.540,05

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

No mês de abril de 2011, ocorreram quedas nos rendimentos habituais médios de todos os grupos de cor ou raça. Porém, a queda no rendimento do trabalho mostrou-se mais acentuada na PEA branca de ambos os sexos (2,4%) do que na PEA preta & parda de ambos os sexos (1,3%).

Em relação ao mês de abril de 2010, ambos os grupos de cor ou raça experimentaram aumento do rendimento do trabalho. Para a PEA branca de ambos os sexos, houve elevação real de 1,6% no indicador, enquanto a PEA preta & parda de ambos os sexos experimentou um aumento de 3,9% para o mesmo período.

Desagregando as informações para os grupos de sexo, observa-se que o rendimento médio dos trabalhadores brancos do sexo masculino para o mês de abril de 2011 foi de R\$ 2.266,14, enquanto o mesmo indicador para o grupo dos trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino foi igual a R\$ 1.172,13.

Na comparação entre os rendimentos médios observados de abril e março de 2011, ocorreu uma respectiva queda de 3,4% e de 1,9%, nos rendimentos da PEA masculina branca e da PEA masculina preta & parda. Comparativamente com o mês de abril do ano anterior, percebeu-se aumento nos rendimentos da ordem de 1,4% para os trabalhadores brancos do sexo masculino, enquanto o mesmo indicador para o grupo dos trabalhadores pretos & pardos do mesmo sexo elevou-se em 3,2%, em termos reais.

Quando as informações se voltam para o contingente feminino da PEA, vê-se que o rendimento médio do

trabalho principal do mês de abril de 2011 da PEA feminina branca foi de R\$1.617,16, enquanto o mesmo indicador para a PEA feminina preta & parda foi igual a R\$ 866,23.

Os valores acima, comparativamente a março de 2011, representaram ligeiras quedas nos rendimentos reais, tanto das trabalhadoras brancas quanto das trabalhadoras pretas & pardas, sendo ambas as quedas de magnitude muito próximas. Para o contingente branco da PEA feminina, a diminuição real do indicador foi de 0,5%, enquanto que para a PEA feminina preta & parda, a queda foi de 0,4%.

Contudo, na comparação com o mês de abril de 2010, o rendimento do trabalho para as mulheres de ambos os grupos de cor ou raça experimentou valorizações reais. Para o grupo das trabalhadoras brancas houve elevação de 1,9% no indicador, enquanto que para as trabalhadoras pretas & pardas o aumento foi mais significativo: 5,8%.

No mês de abril de 2011, o rendimento médio do trabalho principal da PEA branca foi 89,9% superior ao da PEA preta & parda. Na comparação com março de 2011, ocorreu uma queda das assimetrias em 2,1 pontos percentuais. Em relação a abril de 2010, ocorreu uma queda de 4,4 pontos percentuais nas desigualdades de cor ou raça.

Na análise das desigualdades de cor ou raça dos rendimentos dentro dos grupos de sexo, nota-se que a assimetria interna da PEA masculina foi de 93,3%, favoravelmente aos trabalhadores brancos em relação aos trabalhadores pretos & pardos. Referencialmente ao

Tabela 3. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, abr / 03 – abr / 11 (em R\$ - abr / 11, INPC)

	Abril								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Homens Brancos	1.893,37	1.864,19	1.877,43	1.934,36	2.056,17	2.114,08	2.182,76	2.234,51	2.266,14
Mulheres Brancas	1.340,60	1.294,03	1.311,60	1.367,06	1.460,20	1.488,25	1.536,85	1.587,13	1.617,16
Brancos	1.655,98	1.613,68	1.625,81	1.686,31	1.789,72	1.835,61	1.890,38	1.937,19	1.967,52
Homens Pretos & Pardos	891,04	887,10	867,11	962,20	989,96	1.034,26	1.078,46	1.136,24	1.172,13
Mulheres Pretas & Pardas	655,28	649,08	629,07	656,79	698,67	755,85	788,35	818,42	866,23
Pretos & Pardos	790,82	786,19	767,70	831,86	864,84	913,25	953,25	997,10	1.036,06
PEA Total	1.309,97	1.276,90	1.270,06	1.326,96	1.394,22	1.432,31	1.477,96	1.511,50	1.540,05

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Nota 2: Os dados dos anos 2006 e 2007 diferem levemente dos apresentados no portal do IBGE e poderão sofrer uma correção

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

mês imediatamente anterior, as desigualdades caíram em 3,2 pontos percentuais. Em relação a abril de 2010, também houve queda, da magnitude de 3,3 pontos percentuais.

Logo, percebe-se que as assimetrias entre os trabalhadores do sexo masculino declinaram no último mês. Entretanto, apesar da queda, encontram-se 9,7 pontos percentuais acima do menor valor encontrado desde abril de 2010.

Internamente ao contingente feminino da PEA, no mês de abril de 2011, o rendimento das trabalhadoras brancas foi 86,7% superior ao das trabalhadoras pretas & pardas. Todavia, em relação a março de 2011, as assimetrias e cor ou raça neste indicador experimentaram ligeiro declínio de 0,2 pontos percentuais. Já em relação a abril do ano anterior, as desigualdades entre as mulheres dos dois grupos de cor ou raça sofreram redução mais significativa: 7,2 pontos percentuais.

No mês de abril de 2011, os trabalhadores brancos do sexo masculino obtiveram rendimento médio do trabalho 161,6% maior que as trabalhadoras pretas & pardas, ao passo que, para o mesmo período, o indicador apresentou-se 38,0% maior, favoravelmente as trabalhadoras brancas em relação aos trabalhadores do sexo masculino pretos & pardos.

Conforme visto, as assimetrias de cor ou raça declinaram em abril de 2011. Cabe ressaltar que não ocorria diminuição das desigualdades dos rendimentos entre os dois grupos desde dezembro de 2010, indicando que o ambiente econômico mais geral do país não vinha se traduzindo em uma melhoria do perfil das assi-

metrias entre brancos e pretos & pardos, ao menos no que tange este indicador.

De qualquer maneira, deve ser frisado que o movimento de redução das desigualdades de cor ou raça verificado no mês de abril de 2011 não foi causado pela situação virtuosa, qual seja, situada dentro de um contexto de aumento da renda do trabalho em termos reais para a PEA no seu conjunto. Pelo contrário, aquele cenário de encolhimento das assimetrias no mês de abril se deu em um panorama de redução do rendimento habitual médio do trabalho principal para todos os trabalhadores metropolitanos, e para cada um dos dois grupos de cor ou raça. Este cenário se reproduziu tanto para o contingente masculino, quanto para o feminino.

Na comparação anual da série dos rendimentos para o mês de abril desde 2003, vê-se que, para todos os grupos de cor ou raça e sexo, o maior valor auferido encontra-se justamente no ano de 2011. Tal cenário se deu malgrado à queda recente do rendimento médio do trabalho principal. Assim, relativamente a abril de 2003, notou-se um aumento de 17,6% no indicador da PEA metropolitana como um todo.

Naquele mesmo intervalo, no que se refere à PEA branca de ambos os sexos, houve elevação de 18,8% no rendimento habitual médio do trabalho principal. Já a PEA preta & parda de ambos os sexos conseguiu obter elevação em termos reais bem mais expressivas: 31,0%. Esta situação fez com que as assimetrias de cor ou raça declinassem em 19,5 pontos percentuais, entre os meses de abril de 2003 e abril de 2011.

Desagregando o mesmo indicador dos grupos de cor ou raça por sexo, observa-se que entre abril de 2003

e abril de 2011, ocorreram variações reais positivas de 19,7%, para a PEA branca masculina, e de 31,5%, para a PEA preta & parda masculina. Desta forma, no período considerado, as assimetrias de cor ou raça entre a PEA masculina branca e preta & parda caíram 19,2 pontos percentuais.

No caso da PEA feminina branca, o rendimento habitual médio do trabalho principal experimentou uma elevação real de 20,6%, na comparação entre os meses de abril de 2003 de abril de 2011. Já a PEA feminina preta & parda, no mesmo intervalo, obteve um aumento real de seus rendimentos do trabalho ainda mais expressivos: 32,2%. Assim, naquele interregno, a desigualdade de cor ou raça dentro deste gênero declinou 17,9 pontos percentuais.

4. Evolução da taxa de desemprego (tabelas 4 e 5)

A taxa de desemprego aberto (número de pessoas desocupadas que estão procurando trabalho no mês de referência em proporção à PEA) das seis maiores RMs para o mês de abril de 2011 foi de 6,4%. Isto significa que este indicador se manteve praticamente estável em relação a março do mesmo ano, tendo sofrido uma pequena redução de 0,1 ponto percentual.

Essa relativa estabilidade interrompeu uma sequência de aumentos que a taxa de desemprego vinha apresentando nos últimos três meses. Comparativamente a abril de 2010, houve queda de 0,8 ponto percentual no indicador.

Referencialmente à PEA branca de ambos os sexos, a taxa de desemprego do mês de abril de 2011 foi de 5,5%. Desta forma, o indicador deste grupo de cor ou

raça não apresentou qualquer variação em relação a março do mesmo ano. A PEA preta & parda de ambos os sexos também experimentou uma taxa de desemprego relativamente estável no mesmo período, tendo sofrido uma ligeira queda de apenas 0,1 ponto percentual, o que a levou ao patamar de 7,5%.

Tomando como referência o mês de abril de 2010, percebe-se que o indicador declinou de um modo um pouco mais expressivo para ambos os grupos de cor ou raça: 0,7 ponto percentual, no caso da PEA branca; e de 1,1 ponto percentual, para a PEA preta & parda.

Na análise dos grupos de cor ou raça desagregados por sexo, nota-se que, em abril de 2011, a taxa de desemprego dos trabalhadores brancos do sexo masculino foi de 4,3%, enquanto a mesma taxa para os trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino apresentou-se em 5,8%, neste devendo-se salientar ser este o maior patamar deste indicador desde agosto de 2010.

Entre abril e março de 2011, a taxa de desemprego dos homens de ambos os grupos de cor ou raça sofreu pequenas variações, porém em sentidos diametricamente opostos. Enquanto houve queda de 0,1 ponto percentual na taxa de desemprego da PEA masculina branca, ocorreu aumento de igual proporção na taxa da PEA masculina preta & parda.

Na comparação entre os meses de abril de 2010 e abril de 2011, percebe-se quedas do indicador, muito próximas em termos proporcionais. Assim, a taxa de desemprego dos homens brancos reduziu-se em 0,8 pontos percentuais, ao passo que a dos homens pretos & pardos caiu em 0,7 pontos percentuais.

Tabela 4. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, mai / 10 – abr / 11 (em % da PEA)

	2010								2011			
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Homens Brancos	4.7	4.5	4.3	4.4	4.0	4.1	3.8	3.5	4.4	4.6	4.4	4.3
Mulheres Brancas	7.4	7.2	7.1	6.8	6.5	6.4	5.8	5.5	5.9	6.4	6.8	6.9
Brancos	6.0	5.8	5.6	5.6	5.2	5.2	4.7	4.4	5.1	5.4	5.5	5.5
Homens Pretos & Pardos	6.6	6.2	6.6	6.0	5.6	5.3	4.9	4.7	5.2	5.7	5.7	5.8
Mulheres Pretas & Pardas	12.4	11.3	10.9	10.7	9.7	9.4	9.3	8.2	9.4	9.5	9.8	9.4
Pretos & Pardos	9.2	8.5	8.5	8.1	7.5	7.1	6.9	6.3	7.1	7.4	7.6	7.5
PEA Total	7.5	7.0	6.9	6.7	6.2	6.1	5.7	5.3	6.1	6.4	6.5	6.4

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Tabela 5. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, abr / 03 – abr / 11 (em % da PEA)

	Abril								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Homens Brancos	8.8	9.0	6.8	7.2	6.9	5.5	6.4	5.1	4.3
Mulheres Brancas	13.2	14.1	11.2	10.9	10.7	9.4	9.7	7.4	6.9
Brancos	10.7	11.3	8.8	8.9	8.6	7.3	7.9	6.2	5.5
Homens Pretos & Pardos	12.3	12.4	10.4	10.1	9.8	7.9	8.3	6.6	5.8
Mulheres Pretas & Pardas	18.1	19.4	17.2	15.1	15.0	12.7	12.6	11.0	9.4
Pretos & Pardos	14.9	15.5	13.4	12.3	12.1	10.1	10.2	8.6	7.5
PEA Total	12.5	13.1	10.8	10.4	10.1	8.5	8.9	7.3	6.4

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

A taxa de desemprego das trabalhadoras brancas em abril de 2011 foi de 6,9%. Este indicador, comparativamente a taxa de março de 2011, correspondeu a um ligeiro aumento de 0,1 ponto percentual. Esta elevação fez com que a taxa de desemprego do contingente feminino deste grupo de cor ou raça tivesse atingido o maior patamar desde julho de 2010. Em abril de 2011, a taxa de desemprego das trabalhadoras pretas & pardas foi de 9,4%. Em relação a março do mesmo ano, ocorreu uma redução de 0,4 ponto percentual.

Na comparação entre abril de 2010 e abril de 2011, houve uma queda de 0,4 pontos percentuais na taxa de desemprego das trabalhadoras brancas. No mesmo período a taxa de desemprego das trabalhadoras pretas & pardas sofreu a redução mais significativa: 1,6 pontos percentuais.

Apesar de no período ter ocorrido uma queda mais acentuada na taxa de desemprego da PEA preta & parda do sexo feminino, ainda em abril de 2011 o indicador daquelas trabalhadoras permanecia comparativamente mais elevado em comparação aos demais grupos de cor ou raça e sexo. Medindo as diferenças em termos proporcionais, 120,4% superior à taxa de desemprego dos homens brancos; 60,5% superior à taxa de desemprego dos homens pretos & pardos; e 35,3% superior à taxa de desemprego das mulheres brancas.

Na comparação anual da taxa de desemprego aberto da PEA metropolitana para a série do mês de abril, entre 2003 e 2011 percebeu-se uma redução de significativos 6,0 pontos percentuais.

Entre abril de 2003 e abril de 2011, observou-se para PEA branca de ambos os sexos uma redução em 5,2

pontos percentuais. Em igual intervalo, o mesmo indicador da PEA preta & parda declinou de forma mais expressiva: 7,4 pontos percentuais.

No mesmo período, a taxa de desemprego da PEA branca do sexo masculino caiu em 4,5 pontos percentuais, e o mesmo indicador da PEA preta & parda masculina recuou em 6,4 pontos percentuais.

Ainda referencialmente a abril de 2003, no contingente feminino, a taxa de desemprego de abril de 2011 da PEA branca caiu 6,3 pontos percentuais, ao passo que o mesmo indicador da PEA preta & parda observou redução de 8,7 pontos percentuais.

5. Desigualdades de cor ou raça no rendimento médio e taxa de desemprego nas seis maiores RMs brasileiras (tabelas 6 e 7)

Nas seis maiores RMs brasileiras, no mês de abril de 2011, o maior rendimento médio habitualmente recebido do trabalho principal foi verificado na RM de São Paulo (R\$ 1.643,44). Em seguida, vinha a RM do Rio de Janeiro (1.643,40); a RM de Porto Alegre (R\$ 1.536,85); a RM de Belo Horizonte (R\$ 1.451,93); a RM de Salvador (R\$ 1.240,96) e, por último, a RM de Recife (R\$ 1.055,69).

No que tange aos dados acima desagregados pelos grupos de cor ou raça, ocorriam interessantes mudanças naquela classificação. Mais uma vez, os dados invariavelmente falam do cenário vigente em abril de 2011.

No contingente de cor ou raça branca de ambos os sexos, os maiores rendimentos habituais médios eram observados na RM de Salvador (R\$ 2.419,97), sendo seguida pela RM do Rio de Janeiro (R\$ 2.168,57); RM

Tabela 6. Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, abr / 11 (em R\$ - abr 11, INPC)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total 6 RM
Homens Brancos	1789.77	2772.89	2464.25	2444.69	2292.20	1836.70	2266.14
Mulheres Brancas	1265.93	2086.87	1520.85	1842.19	1607.28	1369.32	1617.16
Brancos	1549.77	2419.97	2019.38	2168.57	1978.30	1624.04	1967.52
Homens Pretos & Pardos	906.12	1152.52	1229.52	1241.29	1188.92	1115.56	1172.13
Mulheres Pretas & Pardas	723.96	921.84	856.33	859.29	893.13	827.41	866.23
Pretos & Pardos	829.27	1044.37	1058.27	1079.15	1056.09	981.71	1036.06
PEA Total	1055.69	1240.96	1451.93	1634.40	1643.44	1536.85	1540.05

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

de Belo Horizonte (R\$ 2.019,38); RM de São Paulo (1.978,30); RM de Porto Alegre (R\$ 1.624,04) e RM de Recife (R\$ 1.549,77).

No contingente de trabalhadores pretos & pardos de ambos os sexos, as maiores remunerações eram observadas na RM do Rio de Janeiro (R\$ 1.079,15); seguida da RM de Belo Horizonte (R\$ 1.058,97); RM de São Paulo (R\$ 1.056,09); RM de Salvador (R\$ 1.044,37); RM de Porto Alegre (R\$ 981,71) e RM de Recife (R\$ 829,27).

No contingente de cor ou raça branco do sexo masculino, a classificação das RMs em termos do rendimento médio habitualmente recebido era (do maior para o menos elevado): Salvador; Belo Horizonte; Rio de Janeiro; São Paulo, Porto Alegre e Recife.

Na PEA preta & parda do sexo masculino, os maiores rendimentos habituais médios eram encontrados nas seguintes RMs: Rio de Janeiro; Belo Horizonte; São Paulo; Salvador; Porto Alegre e Recife.

Na PEA branca do sexo feminino, os maiores rendimentos habituais médios se davam nas RMs de Salvador; Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte; Porto Alegre e Recife.

No contingente das trabalhadoras pretas & pardas do sexo feminino, as maiores remunerações habituais médias eram verificadas nas RMs de Salvador; São Paulo; Rio de Janeiro; Belo Horizonte; Porto Alegre e Recife.

No que diz respeito às maiores assimetrias de cor ou raça em termos do rendimento médio, em abril de 2011, a RM mais desigual era a de Salvador, metrópole onde os brancos percebiam rendimento superior ao dos pretos & pardos em 131,7%. Na RM fluminense,

a desigualdade entre brancos e pretos & pardos era de 101,0%, favoravelmente aos primeiros. Em terceiro lugar vinha a RM de Belo Horizonte (assimetria de 90,8%); RM de São Paulo (assimetria de 87,3%); RM de Recife (assimetria de 86,9%) e RM de Porto Alegre (assimetria de 65,4%).

Na PEA do sexo masculino, a maior desigualdade de cor ou raça em termos do rendimento habitual médio do trabalho principal se dava na RM de Salvador (140,6%). Este cenário também se repetia na PEA do sexo feminino, metrópole onde as diferenças na remuneração entre as mulheres brancas, de um lado, e, pretas & pardas, de outro, chegavam a 126,4%.

No contingente de trabalhadores do sexo masculino, as assimetrias entre brancos e pretos & pardos, sempre favoráveis aos primeiros, chegavam a 100,4%, na RM de Belo Horizonte; a 97,5%, na RM de Recife; a 96,9%, na RM do Rio de Janeiro; a 92,8%, na RM de São Paulo; e a 64,6%, na RM de Porto Alegre.

Entre as trabalhadoras, as diferenças entre as mulheres brancas e pretas & pardas, com invariável vantagem para as primeiras, chegavam a 126,4%, na RM de Salvador; a 114,4%, na RM do Rio de Janeiro; a 80,0%, na RM de São Paulo; a 77,6%, na RM de Belo Horizonte; a 74,9%, na RM de Recife; e a 65,4%, na RM de Porto Alegre.

Quando se analisa de forma consorciada a assimetria de cor ou raça com a de gênero, em abril de 2011, as maiores diferenças entre a remuneração média dos homens brancos e das mulheres pretas & pardas se davam na RM de Salvador, quando alcançaram 200,8%. O menor intervalo entre aqueles dois grupos se dava na RM gaúcha, onde as diferenças eram de 122,0%.

Tabela 7. Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, abr / 11 (em % da PEA)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total 6 RM
Homens Brancos	4.1	6.5	4.0	2.8	5.2	3.4	4.3
Mulheres Brancas	8.8	10.0	5.6	5.3	8.1	5.4	6.9
Brancos	6.3	8.3	4.8	4.0	6.5	4.3	5.5
Homens Pretos & Pardos	6.9	7.2	4.4	4.2	6.8	5.4	5.8
Mulheres Pretas & Pardas	9.6	13.7	7.1	7.5	9.7	7.9	9.4
Pretos & Pardos	8.1	10.4	5.7	5.7	8.1	6.6	7.5
PEA Total	7.5	10.2	5.3	4.8	7.1	4.6	6.4

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Em abril de 2011, as maiores diferenças nas remunerações habituais médias entre as mulheres brancas e os homens pretos & pardos (sempre favoravelmente as primeiras), mais uma vez, ocorriam na RM de Salvador, 81,8%. A RM onde os indicadores destes dois grupos mais se aproximavam era a de Porto Alegre. Na RM gaúcha, as mulheres brancas auferiam rendimentos habituais médios 22,7% superior ao dos homens pretos & pardos.

No que tange às taxas de desemprego em abril de 2011, a RM brasileira pesquisada pela PME onde o problema incidia com maior intensidade era a de Salvador: 10,2%. Em seguida vinham as RMs de Recife (7,5%); de São Paulo (7,1%); de Belo Horizonte (5,3%); do Rio de Janeiro (4,8%) e de Porto Alegre (4,6%).

Quando se analisa a taxa de desemprego especificamente para os trabalhadores de cor ou raça branca de ambos os sexos, verifica-se que, naquele mesmo mês, a pior situação se dava na RM soteropolitana: 8,3%. Na sequência, vinham as RMs de São Paulo (6,5%); Recife (6,3%); Belo Horizonte (4,8%); Porto Alegre (4,3%) e Rio de Janeiro (4,0%).

Na PEA preta & parda de ambos os sexos, a maior taxa de desemprego era observada na RM de Salvador (10,4%), seguida da de São Paulo e Recife (em ambos os casos, 8,1%); de Porto Alegre (6,6%); e a de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro (em ambos os casos, 5,7%).

No contingente dos trabalhadores brancos do sexo masculino, a classificação decrescente das maiores taxas de desemprego nas seis maiores RMs brasileiras eram: Salvador; São Paulo; Recife; Belo Horizonte; Porto Alegre e Rio de Janeiro.

No grupo dos trabalhadores pretos & pardos do sexo masculino, a hierarquização decrescente das RMs

segundo as maiores taxas de desemprego era: Salvador; Recife; São Paulo; Porto Alegre; Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

No contingente feminino, no caso das trabalhadoras brancas, a maior taxa de desemprego se verificava na RM de Salvador. Em seguida, vinham as RMs de Recife; São Paulo; Belo Horizonte; Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Na PEA preta & parda do sexo feminino, vale observar preliminarmente, que o que é comumente verificado na PME no seu conjunto se refletia dentro de cada uma das seis maiores RMs brasileiras. Ou seja, em cada uma destas, as trabalhadoras pretas & pardas experimentavam as maiores taxas de desemprego, comparativamente aos demais grupos de cor ou raça e sexo.

No que tange à classificação das RMs segundo a intensidade da taxa do desemprego das mulheres pretas & pardas, observou-se que, em abril de 2010, o problema se apresentava de forma mais grave na RM de Salvador. Em seguida vinham as RMs de São Paulo; de Recife; de Porto Alegre; do Rio de Janeiro e a de Belo Horizonte.

No mês de abril de 2011, em todas as RMs, a taxa de desemprego dos trabalhadores pretos & pardos era superior à dos trabalhadores brancos.

No que tange às distâncias entre as taxas de desemprego dos trabalhadores pretos & pardos de ambos os sexos, de um lado; e dos trabalhadores brancos de ambos os sexos, de outro; as maiores diferenças se encontravam na RM de Porto Alegre, em 2,3 pontos percentuais. A menor diferença era encontrada na RM de Belo Horizonte, metrópole na qual a diferença entre um grupo e outro era de 0,7 ponto percentual.

Entre os trabalhadores do sexo masculino, a maior distância em termos da taxa de desemprego se encontrava em Recife: 2,8 percentuais. A menor diferença se dava em Belo Horizonte (0,7 percentual). Entre as trabalhadoras, a maior assimetria entre os grupos de cor se dava na RM de Salvador: 3,6 pontos percentuais. A menor diferença ocorria mais uma vez na RM de Belo Horizonte: 0,9 ponto percentual.

Na comparação entre a maior taxa de desemprego das mulheres pretas & pardas, Salvador (13,7%), e a menor taxa de desemprego dos homens brancos, Rio de Janeiro (2,8%), chega-se a uma notável diferença de 10,8 pontos percentuais.

Ao longo desta seção, foi visto o comportamento dos indicadores de rendimento e desemprego em cada uma das seis maiores RMS brasileiras, captados pela PME. No próximo número do “Tempo em Curso” este debate será retomado, desta vez procurando-se analisar como os correspondentes indicadores dos distintos grupos evoluíram desde 2003.

6. Réquiem para Vicente do Espírito Santo

A partir do governo Collor de Mello, com o início do processo de privatização de empresas estatais, passou a ser realidade das firmas privatizadas a demissão voluntária ou involuntária de trabalhadores, visando o enxugamento do quadro de pessoal. Essa realidade também se deu na Central Elétrica do Sul do Brasil AS (ELETROSUL), privatizada em 1998.

No ano de 1992, no mês de março, em uma das reuniões sobre o tema de quem seria demitido, foi mencionado o nome de Vicente do Espírito Santo: 43 anos de idade, pai de três filhos em idade escolar, empregado com dezessete anos de serviços na ELETROSUL, onde trabalhava como técnico em telefonia². Sua cor da pele era negra.

Uma vez tendo sido notificado de sua demissão, Vicente quis entender quais motivos fizeram com que sua dispensa fosse efetivada sem justa causa. Pesquisando, descobriu que mesclada à argumentação da

necessidade de racionalização do quadro de funcionários, houve motivação de racismo. Um dos superiores havia afirmado que finalmente seria branqueado o departamento no qual Vicente trabalhava³.

Após tomar conhecimento dos motivos de sua demissão, Vicente buscou sua reintegração na ELETROSUL. Primeiro, em carta enviada ao então presidente da empresa, que abriu uma Comissão de Sindicância para averiguação da questão. Todavia, os resultados desta Comissão não convenceram a direção da ELETROSUL, que ratificou a demissão de Vicente. Este, por sua vez, buscou seus direitos na justiça, tendo conseguido o apoio de diversas entidades da sociedade civil catarinense (Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, Ordem dos Advogados do Brasil/ Santa Catarina (OAB-SC), Núcleo de Estudos Negros (NEN)).

Durante os anos de 1992 e 1995, a questão tramitou por diversas instâncias do poder judiciário catarinense, na área trabalhista e criminal. Ao final, o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC) deu razão a Vicente. Porém, em 1996, após novo recurso da empresa, o caso foi remetido ao Superior Tribunal do Trabalho (TST).

Foram períodos duros para Vicente. Devido a sua idade, era difícil obter outro emprego. Quando o conseguia, não lograva se fixar por um período de tempo maior. Por conta da humilhação sofrida, começou a apresentar problemas sérios emocionais e de saúde. No somatório destes problemas, agravou-se seriamente sua vida financeira.

Naquele ano de 1996, Vicente viria conseguir uma vitória histórica. O TST manteve a decisão do TRT-SC, que havia entendido ter havido fortes indícios de discriminação racial no ato da despedida. Vicente foi reintegrado ao emprego, com o pagamento dos valores do período no qual foi obstado a trabalhar. Em declaração ao jornalista Alexandre Garcia, que cobriu a histórica audiência no Tribunal Superior do Trabalho, Vicente afirmou: “a humilhação foi superada, mas o fato em si é marcante na minha vida enquanto estiver aqui”⁴ (Araújo, 1997).

² Vicente era pai de cinco filhos tidos em dois casamentos. Vicente, Ana Carolina e Renata do primeiro; e Rafael e André, do segundo matrimônio.

³ Na última decisão do processo, constam trechos do processo tramitado em 1992, em que há depoimentos testemunhais de diálogos de cunho racista e preconceituoso contra Vicente do Espírito Santo. C.f. (<http://consultas.trt12.jus.br/SAP1/ProcessoListar.do?&plocalConexao=florianopolis&pcdTrt=12&pnrProc=5086&pnrAno=2004>).

⁴ Momento gravado no vídeo “A exceção e a regra”, dirigido e produzido por Joel Zito Araújo. São Paulo: Tapiri Vídeo. 1997. 1 vídeo cassete (38 min.), VHS, son., color

No ano de 2004, Vicente deu nova entrada com uma ação na justiça, desta vez exigindo reparação por danos morais. Desta vez, o processo demoraria outros longos sete anos.

No dia 6 de junho de 2011, Vicente, enfim, recebeu a notícia que a ação de indenização por danos morais fôra exitosa. A TRACTEBEL S/A, a empresa que sucedeu a ELETROBRÁS quando da sua privatização, foi condenada a pagar indenização de R\$ 50.000,00, e a encaminhar uma carta de retratação pelo lastimável fato ocorrido mais de dezenove anos atrás. Desta vez, ao menos aparentemente, a empresa simplesmente iria acatar a decisão, não recorrendo em outras instâncias dos tribunais brasileiros⁵.

Assim, findava um dos processos na esfera da Justiça do Trabalho sobre temática racial mais emblemático da história do sistema jurídico do país. De qualquer forma,

o final da história de Vicente esteve distante de feliz. O conteúdo da carta de retratação não seria jamais lido pela vítima.

Dois dias depois de ser informado que havia vencido a ação por danos morais em primeira instância, o brasileiro afrodescendente Vicente do Espírito Santo veio a falecer de um infarto fulminante. Um triste desfecho para o protagonista de um episódio tão importante ocorrido nos tribunais do país, e que tinha por eixo a questão da discriminação racial nos espaços de trabalho.

Relembrar este episódio é um modo de honrar a história memória deste trabalhador que há pouco se foi. E de homenagear uma pessoa que deixa como herança aos que ficam o ensinamento de que a dignidade do ser humano é um valor ao qual jamais se deve transigir.

⁵ Consta no site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que as empresas não haviam recorrido até ao menos o datado de 13 de junho de 2011. A este respeito ver <http://consultas.trt12.jus.br/SAP1/ProcessoListar.do?&plocalConexao=florianopolis&pcdTTrt=12&pnrProc=5086&pnrAno=2004>

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Profº Marcelo Paixão, Profº Cleber Julião, Elisa Monçores, Guilherme Câmara

Programação de indicadores estatísticos

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadora Assistente

Irene Rossetto Giaccherino

Bolsista de Graduação

Elisa Monçores
Guilherme Câmara

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral

Profº Marcelo Paixão

Coordenação Estatística

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadores Assistentes

Cléber Julião
Irene Rossetto Giaccherino
Sandra Regina Ribeiro

Coordenação dos Cursos de Extensão

Azoilda Loretto
Sandra Regina Ribeiro

Bolsistas de Graduação

Danielle Oliveira (PIBIC – CNPq)
Elaine Carvalho – Curso de Extensão (UNIAFRO)
Elisa Monçores (Fundação Ford)
Guilherme Câmara (PIBIC – CNPq)
João Vítor Guimarães Costa (Fundação Ford)

Revisão de texto e copy-desk

Alana Barroco Vellasco Austin

Editoração Eletrônica

Maraca Design

Apoio

Fundação Ford



FORDFOUNDATION